

Formação e Atuação em Psicologia Social e a Política de Pós-Graduação Brasileira

Frederico Alves Costa¹

¹Universidade Federal de Alagoas, AL, Brasil.

Resumo: Este artigo remete-se a resultados de uma pesquisa iniciada em 2014 que construiu um mapeamento de pesquisadores(as) de programas de pós-graduação (PPGs) brasileiros em psicologia social e em psicologia que identificavam a psicologia social como área de atuação no Lattes e apresentavam publicações científicas sobre temas políticos. A partir deste mapeamento, apresento um panorama sobre as universidades de formação em mestrado e doutorado e de atuação dos(as) pesquisadores(as), articulando-o com a reflexão sobre a construção e consolidação de PPGs no Brasil. Selecionamos 169 pesquisadores(as) vinculados a 37 PPG distintos, localizados nas cinco regiões do país. Os dados foram organizados em termos das universidades de formação e de atuação dos(as) pesquisadores(as) por períodos temporais. O panorama construído converge com um aspecto histórico marcante no desenvolvimento da pós-graduação brasileira: a concentração da formação em mestrado e doutorado e da atuação de pesquisadores(as) em PPGs da região sudeste. A Universidade de São Paulo (USP) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) formaram 45% dos 169 docentes. Os/as pesquisadores(as) que mais orientaram os(as) docentes da pesquisa tiveram participação ativa na construção da psicologia social crítica brasileira. Considera-se importante realizar novas pesquisas sobre: a) o impacto do deslocamento de pesquisadores formados no sudeste para outras regiões no modo em que atuam nestas regiões; b) as consequências de mudanças na avaliação das assimetrias regionais propostas no VI Planos Nacionais de Pós-graduação – PNPG; c) as implicações do teto de gastos do Governo Federal na desigualdade regional referente ao investimento científico em pós-graduação.

Palavras-chave: Programa de Pós-Graduação, História Social da Psicologia Social, Política Científica, Desigualdade Regional, Temas Políticos.

Academic Formation and Performance in Social Psychology and the Brazilian Postgraduate Policy

Abstract: This article refers to the results of a research initiated in 2014 that mapped the researchers of Brazilian Graduate Programs (PPG) in Social Psychology and in Psychology that identified social psychology as a working area in the Lattes curriculum and presented scientific publications on political issues. Based on this mapping, we present an overview of the universities that provide master's and doctorate studies and of the work of these researchers, articulating it with some considerations on the construction and consolidation of PPGs in Brazil. We selected 169 researchers from 37 different PPGs situated in all five regions of the country: The data were organized according to academic formation and work universities of the researchers per period. The built panorama converges with a notable historical aspect in the development of Brazilian graduation: concentration in the Southeast region. USP and PUC-SP constituted 45% of the 169 professors. The researchers who most oriented the professors of the research had active participation in the construction of Brazilian critical social psychology. The results show

the importance of conducting new research on: a) the impact of the operational displacement of researchers trained in the Southeast to other regions; b) the consequences of changes in the evaluation of the regional asymmetries proposed in the VI Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG); c) the consequences of the Federal Government's limitation of expenditures on regional inequality related to scientific investment in graduate studies.

Keywords: Graduate Programs, Social History of Social Psychology, Scientific Policy, Regional Inequality, Political Issues.

La Formación y Actuación en Psicología Social y la Política de Postgrado Brasileña

Resumen: Este artículo se remite a los resultados de una investigación iniciada en 2014, que objetivó construir un mapeamiento de investigadores/as de Programas de Postgrado (PPG) brasileños en psicología social y en psicología que identificaban la psicología social como el área de actuación en el currículo Lattes y presentaban publicaciones científicas sobre temas políticos. A partir de ese mapeamiento, presentamos un panorama sobre las universidades de formación en maestría y doctorado y de actuación de los/as investigadores/as, articulándolo con la reflexión sobre la construcción y consolidación de los PPG en Brasil. Seleccionamos 169 investigadores vinculados a 37 PPG distintos, ubicados en las cinco regiones del país. Los datos fueron organizados en cuanto a las universidades de formación y de actuación de los/as investigadores/as por períodos temporales. El panorama construido es convergente con un aspecto histórico marcante en el desarrollo del postgrado brasileño: la concentración de la formación en maestría y doctorado y de la actuación de investigadores/as en PPG de la región Sudeste. La Universidad de São Paulo (USP) y la Pontificia Universidad Católica de São Paulo (PUC-SP) formaron el 45% de los 169 docentes. Los investigadores que más orientaron a los docentes de la investigación tuvieron participación activa en la construcción de la psicología social crítica brasileña. Se considera importante la realización de nuevas investigaciones sobre: a) el impacto del desplazamiento de investigadores formados en el Sudeste a otras regiones en el modo en que actúan en esas regiones; b) las consecuencias de cambios en la evaluación de las asimetrías regionales propuestas en los VI Planes Nacionales de Postgrado (PNPG); c) las implicaciones de los límites de gastos del Gobierno Federal en la desigualdad regional referente a la inversión científica en postgrado.

Palabras clave: Programa de Postgrado, Historia Social de la Psicología Social, Política Científica, Desigualdad Regional, Temas Políticos.

Introdução

A psicologia social brasileira, sobretudo desde a década de 1980, em razão da emergência da crise da psicologia social no país no fim dos anos 1970, tem contribuído para a consolidação de pesquisas sobre temas políticos importantes para a sociedade brasileira, tendo como horizonte a articulação entre ciência e transformação social da realidade.

Institucionalmente no Brasil, a Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), fundada

em 1980, e a Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP), fundada em 2001 por pesquisadoras(as) que também integravam a Abrapso, têm colaborado para a disseminação de perspectivas críticas em psicologia social e em psicologia política interessadas no debate sobre temas políticos.

Embora seja relevante explicitar estas duas associações, devido apresentarem posicionamentos políticos explícitos relativos à articulação entre ciência e política, é necessário ressaltar que há uma diversidade

de posições epistemológica, ontológica, metodológica, ética e política na psicologia social brasileira, de modo que não se pode restringir o debate sobre temas políticos neste campo de conhecimento apenas a pesquisadores(as) vinculados(as) à Abrapso e ABPP.

Neste sentido, considerando que os programas de pós-graduação (PPGs) são centrais para a produção de conhecimento científico no Brasil, buscou-se, a partir do vínculo de pesquisadores(as) a PPGs em psicologia social ou a PPGs em psicologia brasileiros, construir um panorama geral sobre universidades de formação e de atuação de pesquisadores(as) que têm identificado a psicologia social como área de atuação no currículo Lattes e produzido pesquisas sobre temas políticos. Articulado a este panorama, temos por objetivo refletir sobre um aspecto histórico-político intrínseco à política científica brasileira: a desigualdade regional na construção e consolidação de PPGs no país.

O conhecimento sobre a distribuição referente à formação e à atuação destes(as) pesquisadores(as), juntamente com a problematização da desigualdade regional na organização e consolidação de PPGs no país, permite-nos observar a configuração do campo da psicologia social no processo de desenvolvimento da pós-graduação brasileira. O que significa reconhecer que a história de um campo de conhecimento encontra-se marcada pela organização da política científica produzida no contexto no qual ele se localiza.

A construção da pós-graduação no Brasil

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) foi criada em 1951, durante o governo de Getúlio Vargas, convergindo com a compreensão getulista que a formação de cientistas era imprescindível para a emancipação econômica do país, e que a educação era um dever estatal e um direito de cada indivíduo (Vieira, 2015).

No momento de criação da Capes, a pós-graduação praticamente não existia no Brasil, havendo apenas um curso de pós-graduação no país – o programa de doutorado em direito da Universidade Federal de Minas Gerais, fundado em 1931 (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2011). Os programas de pós-graduação só começaram efetivamente a surgir no país a partir dos anos 1960 e 1970, incluindo os programas de psicologia social (Jacó-Vilela, Degani-Carneiro, & Oliveira, 2016). Até 1964, o foco da Capes era a concessão de bolsas de estudos,

mas das 120 bolsas previstas no ano, dificilmente preenchiam-se 20 bolsas, devido à falta de pessoal qualificado para recebê-las (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2011).

Cabe-nos considerar que o índice de analfabetismo no Brasil era de 50% da população nas décadas 1950 e 1960, bem como que o processo de exclusão no ensino era significativo, de modo que “dos estudantes que ingressaram no primeiro ano do curso primário em 1954, apenas 3,5% deles alcançava o último ano do curso médio” (Vieira, 2015, p. 143). O acesso à universidade era reduzido a uma pequena parcela do povo brasileiro, tendo João Goulart, no final de 1963, apontado que apenas 1% dos estudantes ingressavam nas universidades (Vieira, 2015).

No decorrer da construção da pós-graduação brasileira, de acordo com Capes (2011), além das deficiências por áreas, sendo as ciências humanas e sociais preteridas no que se refere à quantidade de recursos, há lacunas regionais, principalmente no Norte e no Centro-Oeste, em relação ao investimento científico.

Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), publicados desde os anos 1970 (Brasil, 1975, 1982, 1986, 2004, 2010), consideram a pós-graduação como estratégia para o desenvolvimento do país em razão de seu papel na formação de recursos humanos de alta qualidade e na contribuição para a solução de problemas sociais, econômicos e tecnológicos. Uma das preocupações centrais nestes PNPG são os desequilíbrios regionais e estaduais referentes à concentração geográfica dos cursos na região sudeste e ao menor investimento em pós-graduação nas regiões nordeste, centro-oeste e norte. No V PNPG, estes desequilíbrios e o número insuficiente de PPG nestas três regiões em relação à população de cada uma delas encontram-se entre as principais debilidades da trajetória da pós-graduação no país.

Os dois primeiros PNPG (Brasil, 1975, 1982) foram formulados no contexto de repressão, censura e perseguição da ditadura civil-militar, a qual acarretou na perda pelas universidades de docentes concebidos como “subversivos” pelo regime (Vieira, 2015). Por outro lado, sob a ideologia desenvolvimentista deste período, entre os anos 1975 e 1985 observou-se uma rápida expansão dos PPG: a) o número de programas de mestrado saltou de 370 para 787 e os de doutorado, de 89 para 325; b) o número de docentes em PPG passou de 7500 para 20900; c) o número de

docentes com doutorado ou livre-docência atuantes em PPG saltou de 4000 para 10000 (Brasil, 1986).

O III PNPG, construído para os anos de 1986 a 1989, no contexto da Nova República, apresentava objetivo semelhante ao do II PNPG: a formação de cientistas em quantidade e qualidade devido à escassez de pesquisadores(as) no país e à pretensão do Brasil de tornar-se no século XXI um país independente econômica, científica e tecnologicamente. Na época da formulação do III PNPG, cerca de 50% dos docentes atuantes na pós-graduação ainda não tinham doutorado (Brasil, 1986).

Constata-se, neste III PNPG, que houve avanços na institucionalização dos PPG e melhoria na qualidade e estrutura dos cursos, elogiando-se a implantação e consolidação do Sistema de Acompanhamento e de Avaliação da Pós-Graduação coordenado pela CAPES. Entretanto, aponta-se para a manutenção da instabilidade do financiamento dos PPGs pelas políticas governamentais, restrições econômicas à contratação de pessoal nas universidades, bem como para o desafio da desigualdade regional. Quanto a isto, observa-se que os recursos humanos qualificados permaneciam nos grandes centros, para os quais se dirigiam à formação em mestrado e doutorado ou para o desenvolvimento de projetos de pesquisa. O Sudeste era, em 1982, responsável pela formação de 74,21% de pesquisadores(as) em mestrado e doutorado; seguido pelo Nordeste, com 11,03%; Sul, com 10,75%; Centro-Oeste, com 3,13%; e Norte, com 0,85% (Brasil, 1986).

O quinto PNPG¹, elaborado para os anos de 2005 a 2010, apresentava como um dos objetivos fundamentais a expansão do sistema de pós-graduação, de modo a ampliar de maneira expressiva o número de pós-graduandos no país (Brasil, 2004). Neste PNPG, afirma-se que ocorreu um crescimento persistente da pós-graduação nas décadas anteriores, existindo um aumento vertiginoso em relação ao número de cursos e de titulações em mestrado e doutorado desde os anos 1980. Apesar disto, constata-se que, embora entre os anos de 1996 e 2004 a taxa geométrica de crescimento do número de cursos de mestrado e doutorado tenha sido maior nas regiões Norte (maior taxa no nível do mestrado – 15% ao ano), Centro-Oeste e

Nordeste (maior taxa no nível do doutorado – 23,8% ao ano) em relação à região Sudeste.

A maior parte dos cursos de mestrado (54,9%) e doutorado (66,6%) continuaram concentrados no Sudeste, seguido pelo Sul (19,6% e 17,1%), Nordeste (15,6% e 10,3%), Centro-Oeste (6,4% e 4,1%) e Norte (3,5% e 1,8%)” (Brasil, 2004, pp. 31-32). Além disso, a região Nordeste, apesar de ter alcançado visibilidade no sistema de pós-graduação, apresentava desequilíbrios entre seus estados; a região Centro-Oeste caracterizava-se pela concentração de cursos em Brasília; a região Norte possuía uma pós-graduação ainda incipiente (Brasil, 2004).

Com o objetivo de enfrentar estas assimetrias regionais, no PNPG 2005-2010 alerta-se para a necessidade de revisão do modelo de crescimento da pós-graduação no país, pois se observava “uma maior concentração de investimentos públicos onde existe[ia] maior capacidade instalada de recursos humanos qualificados e de infraestrutura” (p. 46), desfavorecendo as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (excluindo desta o Distrito Federal).

O VI PNPG (2011-2020) foi formulado sob a compreensão de que vivíamos no Brasil uma nova conjuntura política, econômica e científica, pois havia a perspectiva de nos tornarmos a quinta economia do planeta, tínhamos descoberto o pré-sal, reconhecia-se a excelência do Sistema Nacional da Pós-Graduação e contávamos com uma Agenda Nacional de Pesquisa que visava o desenvolvimento econômico e social do país (Brasil, 2010). Deste modo, ressalta-se neste PNPG a necessidade de mesclar pós-graduação, o setor econômico e a sociedade.

Em termos do número de cursos de mestrado e de doutorado, observa-se no VI PNPG que houve um aumento, entre 2004 e 2009, de 35,9% em relação aos cursos de mestrado e de 34,4% em relação aos cursos de doutorado (Brasil, 2010). No caso do doutorado, houve uma taxa de crescimento alta de cursos em universidades particulares entre 2004 e 2009 (72%), entretanto, estas instituições representavam apenas 12,1% do total de cursos, índice bastante inferior aos 57,2% das instituições federais (Brasil, 2010). Quanto aos estudantes titulados, entre 1987 e 2009 observou-se um crescimento significativo:

¹ Nos anos 1990, existiu um IV PNPG, que não foi formalizado. Os princípios básicos que norteavam o debate eram a autonomia institucional e a flexibilização, coerentes com o direcionamento dos governos de Fernando Henrique Cardoso de diminuição das responsabilidades da União com as políticas públicas (Santos & Azevedo, 2009).

874% para os titulados em mestrado e 1200% para os titulados em doutorado (Brasil, 2010).

O maior número de PPG, de discentes e de docentes encontrava-se na região Sudeste em 2009: 49,7% dos cursos de mestrado e 59,4% dos cursos de doutorado estavam nesta região, com predomínio em São Paulo (703 PPGs), enquanto no Amapá havia apenas 3 PPGs. Mais de 50% dos docentes encontravam-se em apenas três estados – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais –, sendo que um terço do total de docentes localizavam-se em São Paulo (Brasil, 2010).

Segundo o VI PNPG, o maior desafio do Brasil é promover mais equilíbrio em seu desenvolvimento regional e é consenso entre pesquisadores(as) que países que promovem o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (C&T) caminham mais rapidamente para uma distribuição justa de renda (Brasil, 2010). Apesar da persistência de grandes assimetrias regionais no sistema nacional de pós-graduação, aponta-se que alguns resultados foram alcançados a partir de políticas de incentivo e de indução como a presença de universidades com PPGs consolidados na maioria dos estados brasileiros (Brasil, 2010).

A fim de continuar a combater as assimetrias regionais, o VI PNPG propõe analisá-las não mais em termos de unidades da federação e de macrorregiões, e sim a partir do critério de mesorregiões. Isto permitiu compreender, por um lado, que “as regiões metropolitanas, principalmente as litorâneas, concentram a excelência da pós-graduação nacional” (Brasil, 2010, p. 146); por outro lado, “todas as unidades da federação possuem mesorregiões com significativas assimetrias nos mesmos indicadores” (p. 146).

Considera-se, assim, que as políticas de indução precisam focalizar a garantia do processo de interiorização do ensino superior de qualidade e orientarem-se pelas vocações de cada mesorregião, apoiando e fortalecendo grupos emergentes que possuam mérito para tal. O que não deve ocorrer, segundo o VI PNPG, em detrimento da consolidação e ampliação dos grupos de excelência, independente de sua localização geográfica (Brasil, 2010).

Diante deste breve histórico, pode-se constatar um intenso crescimento da pós-graduação brasileira nas últimas décadas, o que se reflete no aumento expressivo tanto no número de cursos quanto no número de doutores, de artigos publicados e de docentes de PPG no país (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2011). Entretanto mais da metade

dos cursos de mestrado e doutorado (53,4%) encontram-se no Sudeste, seguido pela região Sul (19,8%), pela região Nordeste (16,4%), pela região Centro-Oeste (6,6%) e pela região Norte (3,8%) (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2011).

Em termos da produção científica, ao menos no campo da psicologia social, Ferreira (2010) observa, a partir de uma revisão de artigos publicados em periódicos nacionais de psicologia classificados como A1 e A2, realizada em 2010, a existência de uma concentração dos(as) autores(as) na região Sudeste ou Sul (41% no Sudeste, 26% no Sul). Apenas 33% dos(as) autores(as) encontravam-se localizados nas outras três regiões brasileiras: 16% no Nordeste, 9% no Centro-Oeste e menos de 1% no Norte. Segundo a autora, estes dados coadunam com o fato de a maior parte dos PPGs encontrarem-se no Sudeste e Sul, contando estas regiões com maior concentração de pesquisadores(as), os quais, por sua vez, angariam a maior parte dos recursos de fomento para a pesquisa.

Metodologia

Em uma pesquisa realizada em 2014, caracterizou-se, quanto à formação, atuação e produção científica, pesquisadores(as) de PPG que se alinhavam com a psicologia social e publicavam artigos sobre temas políticos.

Inicialmente, por meio da lista de PPGs presente no banco de dados da Capes sobre “Cursos Reconhecidos e Recomendados na Área Psicologia”, selecionou-se PPG em psicologia social e também PPG em psicologia que tivessem área de concentração em psicologia social ou linhas de pesquisas em psicologia social e/ou que apresentassem relação direta com temas políticos. Considerou-se como temas políticos aqueles diretamente relacionados à manutenção de uma ordem social e/ou à construção de alternativas a esta, portanto, ao conflito sobre o modo de se constituir a sociedade.

Posteriormente, foram selecionados docentes destes PPG que identificavam a psicologia social como área de atuação no currículo Lattes e que apresentavam artigos publicados que abordavam temas políticos. A restrição ao PPG em psicologia, além daqueles em Psicologia Social, foi orientada pela consideração de que, apesar da psicologia social ser um campo interdisciplinar, no Brasil institucionalizou-se predominantemente na Psicologia (Jacó-Vilela et al., 2016), seja em termos de formação e/ou de atuação.

Foram selecionados(as) 169 pesquisadores(as), vinculados(as) a 37 PPGs distintos, situados cada um em uma universidade diferente e nas cinco regiões geográficas do país: quinze na região Sudeste (PUC Minas, PUC-SP, UCP, UERJ, UFES, UFE, UFJE, UFMG, UFRJ, UFRRJ, UFSJ, UFU, Unesp, Universo, USP); nove na região Nordeste (FUFSE, Ufal, UFBA, UFC, UFMA, UFPB, UFPE, UFRN, Unifor); seis na região Centro-Oeste (PUC-GO, UCBD, UFG, UFMS, UNB, UniCEUB); cinco na região Sul (PUC-RS, UFRGS, UFSC, UFSM, UTP); dois na região Norte (UFAM, UFPA). Os dados relativos à formação e à atuação dos(as) pesquisadores(as) foram organizados no software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS).

Neste artigo, discutimos características destes docentes quanto à formação acadêmica – universidade formadora e período de formação – e à universidade em que atuam, relacionando este panorama com a reflexão sobre a desigualdade regional no que tange à construção e consolidação dos PPGs no Brasil.

Formação acadêmica dos/as pesquisadores/as

Ao tratarmos das universidades nas quais os(as) 169 docentes se formaram em mestrado ou doutorado, um aspecto a se considerar é que esta formação ocorreu não apenas em PPGs de psicologia social ou psicologia, mas também em outras áreas como educação e ciências sociais. Entretanto, apenas trinta dos 169 docentes (17,7%) não apresentavam nenhuma titulação em psicologia social ou em psicologia. Aspecto que, por um lado, denota a identificação de pesquisadores(as) formados(as) em outras áreas com a psicologia social e, portanto, o caráter interdisciplinar deste campo de conhecimento; por outro lado, identifica a concentração de pesquisadores/as formados(as) em PPG de psicologia social ou em psicologia.

Ao tomarmos o número total de pesquisadores(as), as universidades que formaram dez ou mais docentes no nível de mestrado foram USP (20); PUC-SP (17); UFRGS (14); UFPB (12); e PUC-RS (10), totalizando 42,6% dos(as) docentes mapeados(as)². No nível de doutorado, as universidades que formaram dez ou mais docentes foram USP (34); PUC-SP (31);

UFRGS (13); UERJ (11); totalizando 52,7% dos docentes mapeados. Podemos notar, assim, a predominância da formação no eixo Sul-Sudeste, pois apenas a UFPB localiza-se fora destas regiões.

Esta predominância, sobretudo em relação ao Sudeste, fica ainda mais explícita ao se tomar a totalidade das universidades nas quais os(as) pesquisadores(as) se formaram. No nível mestrado, das trinta universidades brasileiras formadoras, dozes encontram-se no Sudeste (40%), tendo sido responsáveis pela formação de 81 pesquisadores(as) (48%). Outras seis estão localizadas no Sul, com 34 pesquisadores(as) formados (20,1%); sete encontram-se na região Nordeste, com 24 pesquisadores(as) (13,6%). As cinco restantes distribuem-se da seguinte maneira: três na região Centro-Oeste e duas na região Norte, tendo sido formados nove docentes no Centro-oeste (5,3%) e três no Norte (1,8%).

No nível de doutorado, a concentração é ainda maior no eixo Sul-Sudeste. Entre as 21 universidades brasileiras formadoras, treze encontram-se no Sudeste, tendo formado 109 pesquisadores(as) (64,5%). Três estão situadas no Sul, tendo formado 22 docentes (13%). Quatro encontram-se na região nordeste, tendo formado nove pesquisadores(as) (5,3%). Na região Centro-Oeste, há apenas uma universidade que formou três docentes (1,8%), e não há nenhuma universidade formadora no Norte do país.

Ao se articular a formação em mestrado e doutorado, no que se refere às universidades brasileiras, esta predominância da formação no eixo Sul-Sudeste é mantida: entre as sete universidades que formaram ao menos dez docentes em mestrado e/ou doutorado (USP, PUC-SP, UFRGS, UERJ, UFPB, PUC-RS, UFRJ), apenas a UFPB encontra-se fora deste eixo. As outras seis universidades formaram 131 docentes em mestrado e/ou doutorado (77,5%), sendo que a USP e a PUC-SP formaram sozinhas 45% dos 169 docentes, tendo 39 se formado na USP e 37, na PUC-SP.

Esta desigualdade regional, no que tange à formação dos(as) pesquisadores(as) mapeados(as), pode ser observada historicamente. Dividi esta formação em períodos temporais entre os anos 1966 e 2014³. No primeiro período temporal (1966-1975) observa-se a presença de quatro universidades brasileiras, todas

² Importante considerar que oito dos 169 docentes não indicavam no currículo Lattes a formação em mestrado. Ademais, um docente realizou dois mestrados, um na USP e outro na PUC-SP. Para o cálculo da porcentagem, este docente foi contado apenas uma vez.

³ Este intervalo foi construído em razão da manutenção do mesmo intervalo utilizado em uma pesquisa realizada anteriormente pelo pesquisador. No mapeamento, a defesa de título mais antiga foi uma defesa de mestrado, ocorrida em 1969; e a defesa de título mais recente foi uma defesa de doutorado, realizada em 2013. O último período do intervalo, diferente dos outros, não abrange 10 anos, sendo de 2006 a 2014.

situadas na região Sudeste: FGV, PUC-RJ, UFMG e USP. Neste momento, houve a formação em mestrado e/ou doutorado de oito dos 169 docentes pesquisados (ver Figura 1), tendo cinco se formado em universidades brasileiras. Apenas três pesquisadores(as) defenderam o doutorado neste período: duas defesas ocorreram na USP, as de Sylvia Leser de Mello (1972) e de Eclea Bosi (1971); a terceira, de Leoncio Camino (1974), ocorreu em uma universidade da Bélgica.

No segundo período temporal (1976-1985), observa-se novamente a presença da FGV, PUC-RJ e USP. Além destas, constata-se mais duas universidades localizadas no Sudeste (PUC-SP e UERJ), duas situadas no Sul (UFRGS e UFSC) e uma situada no Centro-Oeste (UnB).

Ocorreu um aumento significativo do número de docentes formados neste período (29 docentes) em relação ao período anterior, tendo nove deles defendido o doutorado (Figura 1). Quatro destas defesas ocorreram em universidades brasileiras, duas na FGV e duas na USP. As outras cinco defesas foram realizadas em universidades estrangeiras, localizadas na França, ex-URSS, Inglaterra e nos EUA.

Nesta década, como apontou-se anteriormente, em termos gerais, segundo o III PNPG, houve um aumento significativo do número de PPGs no Brasil, mas com a manutenção da concentração da formação em mestrado e doutorado na região Sudeste neste mesmo período (Brasil, 1986). Características que

podem também ser observadas no terceiro período temporal da pesquisa (1986-1995): por um lado, passou-se a notar a presença de universidades formadoras localizadas no Nordeste e no Norte do país – UFPB (quatro docentes); UFC (três docentes); UFRN (dois docentes); UFBA (um docente; e UFPA (um docente). Por outro lado, a formação de doutores não se manteve exclusiva à região Sudeste apenas em razão de um docente formado na UFRGS.

Além da USP, FGV e UFRGS, as universidades brasileiras que formaram docentes doutores foram: PUC-SP (4); PUC-RJ (1); UFRJ (1); e UNICAMP (1). Verifica-se um crescimento significativo no número de docentes que defenderam o doutorado (Figura 1), pois, se nos dois períodos anteriores houve doze defesas de doutorado, neste momento foram realizadas dezessete defesas no Brasil e outras quatro em universidades estrangeiras (localizadas em Portugal, Espanha, Canadá e França).

Este é o último período em que temos docentes formados na FGV (um em mestrado e três em doutorado). Outro aspecto a se ressaltar é que se a USP concentrava o maior número de docentes formados até então, a partir deste período, observa-se o crescimento da formação na PUC-SP. Estas duas universidades formaram, cada uma, onze docentes (30,6% do total deste período). A PUC-SP é a universidade com maior formação em mestrado (oito docentes) e a USP, com a maior formação em doutorado (seis docentes).

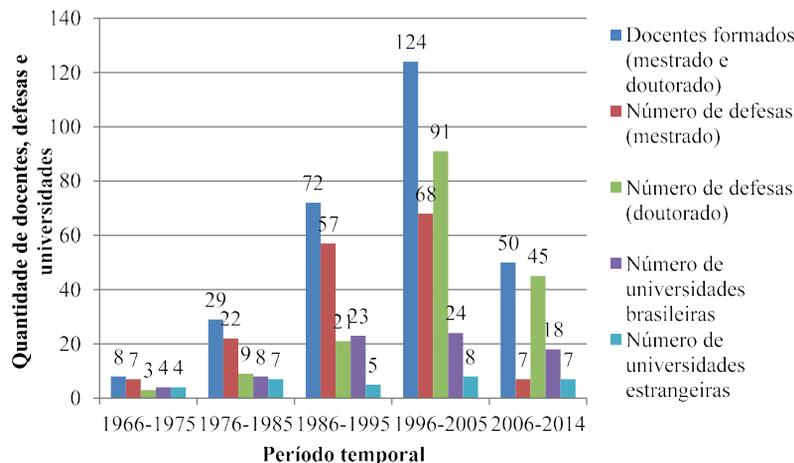


Figura 1.

Distribuição da quantidade de docentes, de defesas e de universidades por período temporal⁴.

⁴ A diferença entre o resultado geral de docentes formados no período e a simples soma da formação em mestrado e doutorado no período decorre de docentes terem formado em mestrado e doutorado no mesmo período, sendo somados apenas uma vez no resultado geral.

Neste período temporal e no próximo, percebe-se também a diminuição da importância do papel das universidades estrangeiras na formação dos(as) pesquisadores(as), na medida em que proporcionalmente há uma queda da representatividade no número de docentes formados no exterior, tanto mestres quanto doutores (Tabela 1), em relação à formação em universidades brasileiras. A participação destas últimas na formação de pesquisadores(as) passou de oito universidades no segundo período temporal para 23 universidades neste terceiro período (Figura 1).

Interessante ressaltar que no III PNPQ, formulado em 1986, considera-se, por um lado, que a capacitação de pesquisadores(as) no exterior é uma das estratégias para o crescimento da capacidade interna de formação de cientistas. Por outro lado, afirma-se: a) a necessidade de melhor avaliar a situação de cada subárea do conhecimento – necessidade de formação em massa, incipiência ou inexistência de cursos no país –, de modo a definir uma política seletiva de bolsas no exterior; b) que os doutorados realizados no país devem ser complementados com estágios de menor duração em instituições estrangeiras (Brasil, 1986).

No quarto período (1996-2005), ainda é possível observar a predominância da USP (24 docentes) e da PUC-SP (25 docentes) na formação dos docentes, tendo cada uma formado 21 docentes em doutorado (46,2% do total). Podemos observar também um crescimento do número de formações na UERJ e na UFRGS, tendo a primeira formado onze docentes – sendo nove no nível doutorado –, e a segunda, 10 docentes – sendo 8 no nível doutorado.

Neste período, pela primeira vez constata-se a presença de universidades formadoras no nível de doutorado fora do eixo Sul-Sudeste. Na região Nordeste, há a UFPE, UFRN e UFBA; e na região Centro-Oeste, a UNB. Cada uma destas universidades formaram um docente no nível doutorado. Um caso na região Nordeste a se considerar é a UFPB, sendo a segunda universidade que mais formou mestres (oito docentes), ficando atrás da USP (nove docentes) e sendo seguida pela PUC-SP e pela PUC/-RS (ambas com sete docentes).

Este é o período temporal com maior número de docentes formados (124 docentes), tendo 91 deles defendido o doutorado (53,8% dos 169 docentes da pesquisa), conforme observado na Figura 1. Apenas oito defesas ocorreram em universidades estrangeiras, localizadas em Portugal, Espanha, França, Inglaterra, Holanda e nos EUA .

Deve-se destacar que o crescimento do número de formações em mestrado e doutorado, marcadamente no terceiro e no quarto períodos, pode ser relacionado ao incentivo à criação de programas de pós-graduação no Brasil a partir dos anos 1980 (Brasil, 1986; 2004; Costa & Yamamoto, 2008): em 2004, existiam no Brasil 1959 cursos de mestrado e 1034 cursos de doutorado (Brasil, 2004). Ademais, o V PNPQ aponta para um grande aumento na titulação de mestres e doutores no país entre 1987 e 2003: 757% no número de mestres e 932% no número de doutores. Apesar disto, dados de 2003 também apontam que apenas 21,5% dos docentes que atuavam no ensino superior no Brasil apresentavam doutorado e 35,1% apresentavam apenas mestrado (Brasil, 2004).

Tabela 1.

Participação das universidades estrangeiras na formação dos docentes por período temporal

Período temporal	Países das universidades estrangeiras (quantidade de defesas)	Número de defesas de mestrado	Número de defesas de doutorado
1966-1975	Bélgica (2); EUA (2)	3 (42,8% do período)	1 (33, 3% do período)
1976-1985	EUA (3); França (2); Canadá (1); Inglaterra (1); ex-URSS (1)	3 (13,6% do período)	5 (55,5% do período)
1986-1995	França (2); Holanda (1); Canadá (1); Portugal (1); Espanha (1)	2 (3,5% do período)	4 (19,0% do período)
1996-2005	Espanha (4); França (2); Inglaterra (1); Portugal (1); Holanda (1); EUA (1)	2 (2,9% do período)	8 (8,8% do período)
2006-2014	Espanha (4); Portugal (1); Inglaterra (1); Itália (1); EUA (1)	0	8 (17,8% do período).

No último período (2006-2014), temos uma concentração na formação de doutores, sendo mantida a predominância na região sudeste: 45 docentes defenderam doutorado neste período (26,6% dos 169 docentes da pesquisa), dentre estes 47% tornaram-se doutores na região Sudeste; 20% na região Sul; 18% no exterior (Espanha, Portugal, Inglaterra, Itália e EUA); 11% no Nordeste; e 4% no Centro-Oeste. Em nenhum dos períodos temporais observou-se universidades formadoras no nível doutorado na região Norte. Esta concentração da formação no Sudeste neste período também foi apontada no VI PNPG, que indicava que 59,4% dos doutorados no Brasil em 2009 ocorreram nesta região. Há também um novo aumento na proporção de doutorados em

universidades estrangeiras (Tabela 1). O que converge com a ação prioritária proposta no VI PNPG de enviar mais pós-graduandos e pós-doutores ao estrangeiro para realizarem formação no exterior, visando a dinamização do Sistema Nacional de Pós-Graduação e a captação de conhecimentos novos (Brasil, 2010).

A desigualdade regional na formação dos docentes pode ser mais bem observada nas Figuras 2 e 3. Ainda que seja possível constatar um crescimento a partir do terceiro período (1986-1995) da formação tanto em mestrado quanto em doutorado nas regiões Sul e Nordeste, há uma grande concentração de formação na região Sudeste, sendo importante destacar, sobretudo, a formação no nível de doutorado.

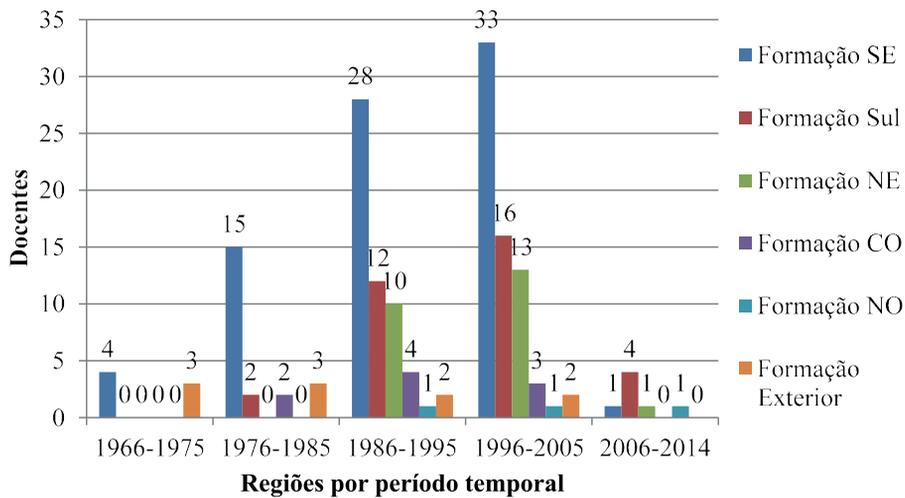


Figura 2. Quantidade de docentes formados nível de mestrado por região do país em cada período temporal.

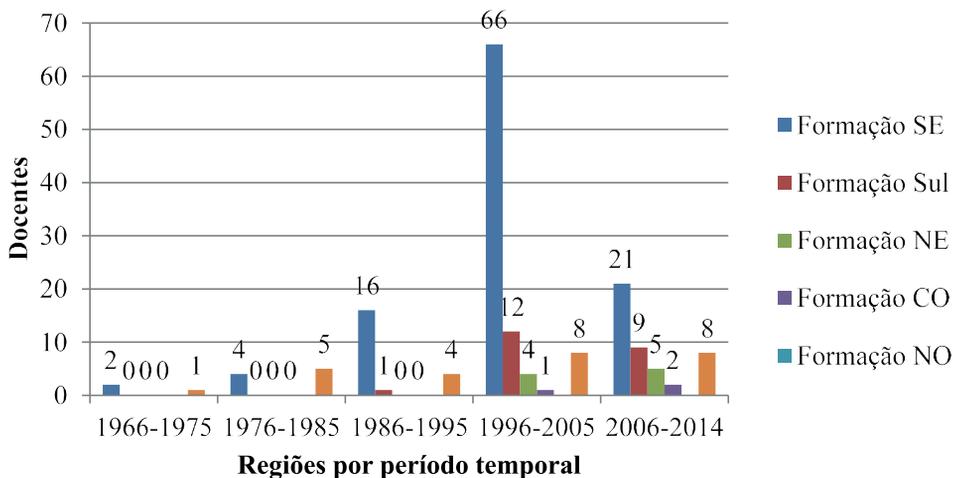


Figura 3. Quantidade de docentes formados nível doutorado por região do país em cada período temporal.

Universidades de atuação dos(as) pesquisadores(as)

O mapeamento realizado contemplou docentes que atuam nas cinco regiões do país. Também neste aspecto, observou-se uma concentração de docentes atuando no Sudeste: 45% atuam nesta região; 26%, no Nordeste; 18,9%, no Sul; 7,7%, no Centro-Oeste; e 2,4%, no Norte. As universidades com maior número de docentes são: USP (11), UFMG (9), UFF (9), UERJ (8), UFES (7). Esta concentração na região Sudeste converge com o dado apresentado no VI PNPG de que mais de 50% dos docentes vinculados a um PPG em 2009 encontravam-se em universidades de São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais (Brasil, 2010).

É interessante também apontar que 82% dos(as) docentes investigados(as) na pesquisa que atuam no sudeste realizaram mestrado nesta região e 83% realizaram doutorado nesta parte do Brasil, o que denota ser pequena a participação de pesquisadores(as) formados em outras regiões do país nos PPG do Sudeste. No Sul, apesar da presença no mapeamento de apenas cinco universidades, 18,9% dos(as) docentes mapeados(as) atuam nesta região, havendo uma concentração na UFRGS (quatroze dos(as) 32 pesquisadores(as)). Semelhantemente ao que é observado no Sudeste, 80% dos(as) pesquisadores(as) que atuam no Sul defenderam o mestrado nesta região. Em relação ao doutorado, entretanto, apenas 53% doutoraram-se em um PPG da região Sul, tendo o restante realizado esta formação no Sudeste ou no

exterior; dado distinto do que se observou em relação aos docentes que atuam na região Sudeste, mas que também indica escassez de pesquisadores(as) doutorados nas demais regiões do país.

Ao contrário do que se observa no Sudeste e Sul, no Nordeste, Centro-Oeste e Norte aproximadamente 50% dos(as) pesquisadores(as) não realizaram mestrado na região em que atuam. No caso do doutorado, observa-se um dado ainda mais discrepante: apenas 20% dos docentes que atuam no Nordeste e 15% dos que atuam no Centro-Oeste realizaram esta formação na mesma região em que atuam. Nenhum(a) pesquisador(a) do mapeamento realizou doutorado no norte do país. Ou seja, há um deslocamento significativo de pesquisadores(as) formados(as) em outras regiões para estas regiões (Tabelas 2 e 3). Os(as) pesquisadores(as) que atuam nestas três regiões realizaram doutorado, sobretudo, no Sudeste: 59% dos que atuam no Nordeste; 62% dos que atuam no Centro-oeste e 100% dos que atuam no Norte.

Este deslocamento do Sudeste e do Sul para as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte é coerente com a observação de Capes (2011) da ocorrência da migração nos últimos anos de jovens doutores para as regiões mais longínquas do país, fenômeno que tem se tornado possível mediante o aumento de PPGs nestas três regiões, em conjunto com o aumento da formação de titulações em doutorado e mestrado no Brasil, favorecendo a procura de vagas em universidades fora do eixo Sudeste-Sul.

Tabela 2.

Relação entre a região de atuação do pesquisador e a região de sua formação em mestrado.

Região de atuação (nº docentes)	Formação em mestrado						
	Formação nordeste	Formação sudeste	Formação sul	Formação centro-oeste	Formação norte	Não identificação de mestrado no Lattes	Formação exterior
Nordeste (44)	20	14	4	2	1	1	2
Sudeste (76)	4	58	2	2	0	5	5
Sul (32)	0	5	25	0	0	0	2
Centro-oeste (13)	0	4	2	5	0	2	0
Norte (4)	0	1	0	0	2	0	1
Todas as regiões (169)	24	82	33	9	3	8	10

Tabela 3.

Relação entre a região de atuação do pesquisador e a região de sua formação em doutorado.

Região de atuação (nº docentes)	Formação em doutorado						Não identificação de doutorado no Lattes	Formação exterior
	Formação Nordeste	Formação Sudeste	Formação Sul	Formação Centro-Oeste	Formação Norte			
Nordeste (44)	9	26	3	0	0	0	6	
Sudeste (76)	0	63	1	1	0	0	11	
Sul (32)	0	7	17	0	0	0	8	
Centro-Oeste (13)	0	8	2	2	0	0	1	
Norte (4)	0	4	0	0	0	0	0	
Todas as regiões (169)	9	108	23	3	0	0	26	

Apesar de semelhanças entre Norte, Centro-Oeste e Nordeste, esta última região apresenta duas peculiaridades: a) a quantidade de pesquisadores(as) atuantes; e b) a quantidade de PPG. Diferente da região Norte, na qual encontramos apenas quatro pesquisadores(as) e da região Centro-Oeste, na qual temos treze pesquisadores(as) –7,7% dos 169 docentes⁵, a região Nordeste é a segunda com maior número de docentes atuantes no mapeamento, 44 dos 169 docentes (26%), o que converge com a segunda peculiaridade: a região Nordeste é também a que apresenta o segundo maior número de universidade de atuação dos docentes no mapeamento, o que significa nesta pesquisa o segundo maior número de programas de pós-graduação, pois os 37 programas presentes no mapeamento encontram-se em 37 universidades distintas, estando um em cada universidade.

Entre os nove programas de pós-graduação presentes no Nordeste em que há docentes da pesquisa vinculados, o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB é o mais antigo de todos, tendo sido criado como Programa de Pós-Graduação em Psicologia em 1975. Dois outros programas foram criados na segunda metade dos anos 1990: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Unifor (1997), Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN (1999). Os outros seis PPGs foram criados a partir dos

anos 2000: UFBA (2002); UFC (2003); UFPE (2006); FUFSE (2008); Ufal (2011); e UFMA (2012).

Considerando que a formação do maior número de pesquisadores(as) selecionados(as) localiza-se no período entre 1996-2005, observa-se que neste período havia apenas cinco PPGs em funcionamento no Nordeste, sendo dois destes iniciado apenas a partir de 2002. Se focarmos no período entre 1986-1995, segundo período em termos de maior formação de pesquisadores(as) em mestrado e doutorado, no Nordeste havia apenas o PPG da UFPB. Somente nove dos(as) 169 pesquisadores(as) realizaram doutorado na região Nordeste, todos a partir do período 1996-2005.

Ressaltar esta configuração é importante para a reflexão sobre o pequeno número de pesquisadores(as) formados(as) no Nordeste que atuam nos PPGs desta própria região e, sobretudo, que atuam nos PPGs das regiões Sudeste e Sul. O que pode indicar que a endogenia regional observada nos PPGs do Sudeste, no que se refere a maior parte dos(as) pesquisadores(as) que lá atuam terem se formado em mestrado e doutorado nesta região, trata-se, sobretudo, da escassez de formação nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, estando diretamente articulada à desigualdade regional construída historicamente pela política científica brasileira.

Seis dos nove PPGs situados no Nordeste possuem atualmente formação no nível de mestrado e

⁵ Uma pesquisadora apresentava vínculo de atuação na UFRGS e na UCDB. Consideramos neste caso apenas a atuação na UFRGS, pois se trata do vínculo principal da pesquisadora.

doutorado, as exceções são os programas da Ufal, UFMA e FUFSE, os quais apresentam formação somente de mestres. A consolidação destes PPGs no nível de doutorado poderá ser uma importante contribuição para o enfrentamento à desigualdade regional observada na pós-graduação brasileira.

Há uma semelhança entre os dados de todas as regiões que aponta para a possibilidade de que o aumento do investimento na consolidação de PPGs nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste tende a proporcionar recursos humanos qualificados que atuarão nestas regiões. A semelhança é que há um alto índice de permanência dos(as) pesquisadores(as) nas regiões em que se formam. Mesmo no Sudeste, de onde provém o maior número de pesquisadores(as) para atuarem em outras regiões, 58% dos que defenderam doutorado e 71% dos que defenderam mestrado em PPGs do Sudeste atuam em instituições desta região. No Nordeste, os(as) nove pesquisadores(as) que se doutoraram nesta região atuam nela.

A importância da permanência do docente na região em que se titulou, sobretudo no que se refere às regiões que têm formado historicamente um menor número de pesquisadores(as) – Nordeste, Norte e Centro-Oeste –, não deve ser confundida com a busca por uma endogenia regional em termos de uma “regionalização” na efetivação dos docentes nas universidades. Esta endogenia poderia fragilizar, no interior das universidades, a construção de redes de pesquisa entre grupos que atuam em regiões distintas do país, bem como o contato entre formações produzidas em contextos diferentes.

Considerações finais

O panorama relativo à formação e atuação dos(as) pesquisadores(as) selecionados(as) para a pesquisa permitiu observar a convergência com um aspecto histórico marcante no desenvolvimento da pós-graduação brasileira: a concentração de universidades formadoras e de atuação dos/as pesquisadores/as na região sudeste, sobretudo, em São Paulo.

USP e PUC-SP formaram 45% dos 169 docentes com mestrado e/ou doutorado. O período de início da participação da PUC-SP na formação dos

docentes (1976-1985) e de aumento de sua representação nesta formação (1986-1995), assemelhando-se ao número de docentes formados pela USP, coaduna-se com o momento de emergência da “crise da psicologia social” no Brasil, tendo a PUC-SP exercido papel marcante na construção da psicologia social crítica no país⁶. Neste contexto histórico, pesquisadores(as) que organizaram a fundação da Abrapso e da ABPP, como Silvia Lane e Salvador Sandoval, atuavam na PUC-SP. Na USP deste período, é interessante apontar, no que tange à produção de perspectivas críticas em psicologia social, para a atuação de Silvia Leser de Mello.

Estes(as) três pesquisadores(as) encontram-se entre os/as que mais orientaram docentes selecionados na pesquisa⁷, tendo Sylvia Leser de Melo formado seis docentes na USP, e Salvador Sandoval e Silvia Lane cinco docentes cada na PUC-SP. Duas outras pesquisadoras da PUC-SP que têm contribuído para a construção e disseminação de vertentes críticas na psicologia social brasileira encontram-se também entre as que mais orientaram docentes selecionados na pesquisa: Bader Sawaia (seis docentes) e Mary Jane Spink (quatro docentes). Neste sentido, vinte dos 37 docentes formados pela PUC-SP em mestrado e/ou doutorado foram orientados por quatro desses(as) cinco pesquisadores(as). Entre os(as) outros(as) orientadores(as), há também nomes vinculados à produção de perspectivas críticas em psicologia social como Antônio da Costa Ciampa, Iray Carone, Maria do Carmo Guedes, Odair Sass, Peter Spink.

Ao considerarmos apenas a formação em doutorado, dos 31 docentes formados na PUC-SP, quatorze atuam no Sudeste, a saber: PUC-SP (4); UFF (4); UFMG (2); USP (2); UFJF (1); e UFSJ (1). Entretanto, há oito que atuam no Nordeste – Ufal (4); UFC (2); e UFPE (2) –, quatro no Centro-Oeste – PUC-GO (1), UFG (1), UFMS (2) –, quatro no Sul – UFSC (1), UFSM (1), UTP (2) – e um no Norte (UFPA).

Neste sentido, poderíamos apontar que a política de pós-graduação, caracterizada pelo predomínio da formação em mestrado e doutorado no Sudeste, mais especificamente em São Paulo, contribuiu para a disseminação da psicologia social crítica produzida

⁶ Dois eventos importantes que demarcam a construção da psicologia social crítica no país, consequência da “crise da psicologia social”, foram a fundação da Abrapso, em 1980, e a publicação em 1984 do livro “Psicologia Social: o homem em movimento”, organizado por Silvia Lane e por Wanderley Codo.

⁷ Há uma grande dispersão de orientadores(as): 185 dos 223 orientadores(as) (83%) orientaram apenas um dos 169 docentes da pesquisa. O maior número de orientandos(as) por orientador(a) foi igual a seis.

na PUC-SP na configuração da psicologia social brasileira contemporânea. Segundo Ferreira (2010), se em produções científicas em periódicos da área Psicologia analisadas entre 1980 e 1991 observava-se que a psicologia social psicológica era a perspectiva dominante na psicologia social brasileira, em artigos científicos também de periódicos da área psicologia publicadas entre os anos 2000 e 2010 predominava-se os fundamentos teóricos e metodológicos da psicologia social crítica.

Fora da região Sudeste, é interessante apontar a presença de Leoncio Camino entre os(as) pesquisadores(as) que mais orientaram os docentes da pesquisa, tendo orientado na UFPB seis destes docentes, os quais atuam em universidades do Nordeste. Camino também contribuiu historicamente na construção da Abrapso e da ABPP.

Outro aspecto a se salientar relacionado à concentração da formação em universidades do Sudeste refere-se ao deslocamento de pesquisadores(as) desta região para atuarem nas outras partes do país, sobretudo, Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Considerando a relevância atribuída à pós-graduação nos PNPG construídos desde os anos 1970 quanto a seu papel para o desenvolvimento nacional, seria importante a construção de análises sobre o impacto do maior contingente de docentes daquelas três regiões terem se formado no Sudeste tanto no modo de elaboração dos cursos quanto na articulação entre a produção de pesquisas e a reflexão sobre questões pertinentes ao contexto sócio-histórico destas regiões.

Também é relevante a elaboração de pesquisas que busquem investigar o impacto da mudança de critério na compreensão das assimetrias regionais proposta no VI PNPG – mudança de foco das unidades da federação e das macrorregiões para as mesorregiões – na elaboração de políticas de indução para a construção e consolidação da pós-graduação. Esta mudança permitiu o diagnóstico de que há distorções em todas as unidades da federação e não apenas em uma região ou macrorregião. Caberia, contudo, pesquisar se, a partir disso, as políticas de indução promoveram e/ou

promoverão a manutenção, diminuição ou fortalecimento das assimetrias entre as unidades da federação, pois a presença de desequilíbrios em todas elas não deve anular a compreensão que há desigualdades historicamente construídas entre as regiões.

Por fim, cabe salientar que o crescimento da pós-graduação no início do século XXI ocorreu num contexto histórico no qual a dotação orçamentária da Capes passou de R\$ 579 milhões, em 2004, para R\$ 2 bilhões em 2010 (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2011). Situação distinta da observada na atualidade, devido aos cortes de investimento nas universidades públicas que tendem a se agravar com a promulgação em 2016 da Emenda Constitucional 95, referente à limitação (“Teto”) dos gastos públicos por vinte anos.

Esta concepção de Estado caracterizada por cortes em gastos sociais defendida pelo Governo Federal torna ainda mais relevante o debate sobre a desigualdade regional na construção e consolidação da pós-graduação no Brasil. Todos os PPGS são diretamente afetados por esta conjuntura histórica e política, principalmente, aqueles emergentes e localizados nas regiões que obtiveram menor investimento público na história da política científica brasileira.

Importante considerar, como apontaram Botomé, Coleta e Matos (1988) no contexto de redemocratização do Brasil, que a construção de uma política científica necessita ser realizada por pesquisadores(as), “evitando-se sua elaboração por burocratas ou tecnocratas” (p. 32). Neste sentido, considerando a conjuntura política atual do país, consideramos como ações prioritárias a formulação de pesquisas sistemáticas que examinem a configuração histórica e atual dos diferentes campos de conhecimento e a construção coletiva por parte dos(as) pesquisadores(as), de estratégias de fomento à ciência orientadas para o enfrentamento das diferentes desigualdades presentes no país, entre elas as desigualdades regionais, e contrárias à precarização das universidades públicas, nas quais se localizam a maior parte dos cursos de mestrado e doutorado do país.

Referências

- Botomé, S. P.; Colleta, J. A. D., & Matos, M. A. (1988). Contribuições para a definição de uma política científica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 8(2), 31-36.
- Brasil. (1975). *I Plano Nacional de Pós-Graduação*. Brasília, DF: MEC.
- Brasil. (1982). *II Plano Nacional de Pós-Graduação*. Brasília, DF: MEC.

- Brasil. (1986). *III Plano Nacional de Pós-Graduação*. Brasília, DF: MEC.
- Brasil. (2004). *Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010*. Brasília, DF: MEC.
- Brasil. (2010). *Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020*. Brasília, DF: Capes.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2011). *Revista CAPES 60 anos*. Brasília, DF: Assessoria de Comunicação Social da Capes.
- Costa, A. L. F., & Yamamoto, O. H. (2008). Publicação e avaliação de periódicos científicos: paradoxos da avaliação qualis de psicologia. *Psicologia em Estudo*, 13(1), 13-24.
- Ferreira, M. C. (2010). A psicologia social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(n. esp.), 51-64.
- Jacó-Vilela, A. M., Degani-Carneiro, E., & Oliveira, D. M. (2016). A formação da psicologia social como campo científico no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 526-536.
- Santos, A. L. F., & Azevedo, J. M. L. (2009). A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. *Revista Brasileira de Educação*, 14(42), 534-605.
- Vieira, E. (2015). *A república brasileira: 1951-2010: de Getúlio a Lula*. São Paulo, SP: Cortez.

Frederico Alves Costa

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (Bolsista Capes). Doutorado-sanduíche no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (Capes/PDSE). Ex-editor associado da *Revista Psicologia Política* (2016-2018). É professor adjunto no Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da mesma instituição. Coordenador do Núcleo de Psicologia Política da Ufal. Ademais, é presidente eleito da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP) para o Biênio 2019-2020 e membro do Grupo de Trabalho da ANPEPP intitulado História Social da Psicologia. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Política, Psicologia Social, História Social da Psicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria democrática, movimentos sociais, subjetivação política, participação política, estratégia política, história social da psicologia política e da psicologia social, Maceió – AL, Brasil.

E-mail: frederico.costa@ip.ufal.br

 <https://orcid.org/0000-0001-9150-8675>

Endereço para envio de correspondência:

Universidade Federal de Alagoas, Campus A. C. Simões, Instituto de Psicologia. Av. Lourival de Melo Mota, s/n, Tabuleiro do Martins. CEP: 57072-970. Maceió – AL, Brasil.

Recebido 11/03/2018

Aceito 13/08/2018

Received 11/03/2018

Approved 13/08/2018

Recibido 11/03/2018

Aceptado 13/08/2018

Como citar: Costa, F. A. (2020). Formação e Atuação em Psicologia Social e a Política de Pós-Graduação Brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003192732>

How to cite: Costa, F. A. (2020). Academic Formation and Performance in Social Psychology and the Brazilian Postgraduate Policy. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003192732>

Cómo citar: Costa, F. A. (2020). Formación y Actuación en Psicología Social y la Política de Postgrado Brasileña. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003192732>